

6

Pressupostos metodológicos

“A procura pelo conhecimento absoluto e certo deve ser abandonada e substituída por uma série infinita de interpretações do mundo.”

(Hughes)

A teoria e os métodos que o pesquisador escolhe empregar refletem a visão de mundo adotada por ele. Nesse sentido, no presente capítulo, buscamos, antes de tudo, explicitar o posicionamento epistemológico que elegemos, cientes de que se trata de apenas uma das múltiplas abordagens possíveis para o tema sobre o qual nos debruçamos. Feito isso, apresentamos o contexto da pesquisa para, então, narrar, brevemente, a história da construção do meu olhar a respeito desse universo. Por fim, abordamos o processo de geração dos dados e realizamos uma caracterização geral do vídeo em estudo.

6.1

Posicionamento metodológico

O posicionamento epistemológico do pesquisador que se dedica a um estudo pode ser “lido” em seu trabalho quer explícita, quer implicitamente. Nesta seção, explicitaremos os pontos que consideramos fundamentais para elucidar o nosso: a abordagem qualitativa de pesquisa e a pesquisa de base etnográfica.

6.1.1

A abordagem qualitativa de pesquisa

No final do século XIX, com o questionamento dos métodos científicos utilizados nas ciências humanas, foram engendradas as abordagens qualitativas. Uma das principais marcas dessa fecunda linha investigativa é a rejeição de uma visão empiricista de ciência (André, 1995). A ideia de distância, relacionada à objetividade científica, já foi dada como uma condição indispensável para a

realização de uma pesquisa e, até hoje, é usada, frequentemente, como critério, no senso comum, para se atribuir validade a um trabalho. Num empreendimento científico de cunho qualitativo, entretanto, esse conceito é desconstruído ou relativizado, pois os pesquisadores que decidem realizar uma investigação dessa natureza deixam para trás o ideal de neutralidade. Atuam, portanto, cômicos de que o conhecimento que produzem será, inevitavelmente, atravessado por sua cosmovisão, o que fará com que sua pesquisa não resulte em uma descoberta de fatos, mas em uma compreensão parcial de um mundo em constante devir. Como afirma Moita Lopes (1994:331):

O que é específico, no mundo social, é o fato de os significados que o caracterizam serem construídos pelo homem, que interpreta e reinterpreta o mundo a sua volta, fazendo, assim, com que não haja uma realidade única, mas várias realidades.

A partir desse entendimento, no âmbito da pesquisa qualitativa, busca-se uma interpretação ao invés de uma constatação. É necessário esclarecer, contudo, que, ao lançarmos mão desse modo de fazer pesquisa, não estamos proclamando “a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa” (Velho, 1981:43). Dada a natureza socialmente construída da realidade, entendemos que qualquer trabalho, desde as primeiras etapas (Riessman, 1993), é interpretativo. Logo, a procura por verdades separadas do pesquisador que guiou o positivismo não orienta esta investigação.

Fundamentalmente, na pesquisa de ordem qualitativa, há ainda um atravessamento de campos e de disciplinas, que também pode ser visto no presente trabalho. Com a possibilidade de combinar diversos materiais e concepções, o trabalho do pesquisador que se engaja nessa abordagem se assemelha ao de um *bricoleur*, um artista que reúne variadas imagens para transformá-las em montagens (Denzin e Lincoln, 2006:16). No estudo que realizamos, a análise de um vídeo compartilhado no YouTube que registra a ação de policiais é pautada em teorias de diversas áreas. Assumimos, portanto, diferentes lentes para observar o mesmo objeto. Ao invés de erguermos a bandeira de uma linha teórica, preferimos brindar o seu valor quando combinada a outras perspectivas.

Outro ponto essencial que faz deste estudo uma pesquisa qualitativa é que não buscamos responder apenas o que acontece, mas como e por quê. Segundo Minayo (2002:21), a pesquisa que se insere nesse âmbito está voltada para o “universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Nesse sentido, ao invés de mensurarem a realidade, chegando a estatísticas, os pesquisadores que adotam esse viés metodológico “estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (Denzin e Lincoln, 2006:17)

Um método de pesquisa que pode seguir essa linha é o estudo de caso, que constitui uma análise mais profunda de um objeto, de maneira que se alcance um entendimento mais rico sobre ele (Goode e Hatt, 1973). Conforme Stake (1994:256), o que distingue esse modelo científico dos demais é a busca pela “compreensão de um particular caso, em sua idiossincrasia, em sua complexidade”. Neste trabalho, fizemos essa opção, pois buscamos, de fato, compreender mais, profundamente, cada aspecto do vídeo que selecionamos, já que se trata de um tipo de interação ainda pouco explorado, principalmente, no seio dos estudos linguísticos. Se, como afirmou Bauman (1992:192), “fenômenos estatisticamente insignificantes podem mostrar ser decisivos”, importa não apenas o conjunto de regularidades ao qual um estudo com uma infinidade de gravações poderia nos levar, mas cada singularidade também perceptível, o que um estudo de caso nos permite abraçar.

No intuito de alcançar uma compreensão mais ampla do contexto que pesquisamos, realizamos também um trabalho de campo, o que faz deste estudo uma pesquisa de base etnográfica. Dedicar-me-ei a explicar o que isso representa na próxima subseção deste capítulo.

6.1.2

A pesquisa de base etnográfica

O fazer etnográfico é, tradicionalmente, associado à permanência do pesquisador por um longo período de tempo em determinado local – entendido, geralmente, como um espaço material – que configura o contexto investigativo da

pesquisa. É possível observar, contudo, em momentos distintos, compreensões muito diferentes do que seria etnografia. Nesse sentido, Oliveira (2014:120) afirma que a disciplina possui uma “vocação para adaptações” e Hine (2000: 66) acrescenta: “adaptar e interrogar a etnografia a mantém viva, contextual e relevante”.

Inicialmente, conforme Winkin (1998) explica, dirigindo nosso olhar para o século XIX, encontramos o trabalho dos chamados “etnólogos”, que enviavam questionários “etnográficos” a todos que iam, por exemplo, à África ou à Ásia. Os procedimentos desses viajantes em favor dos pesquisadores incluíam não apenas o preenchimento de fichas ou de questionários “etnográficos”, mas também a compra e até mesmo o furto de objetos que encontrassem. Hoje, esses artefatos estão expostos nas vitrines de espaços culturais, como o Museu Real da África Central, “uma belíssima ilustração do que se entendia por etnografia no século XIX” (Winkin, 1998:130).

A primeira revolução nessa disciplina ocorre, ainda segundo (Winkin, 1998:130), no período em que Malinowski vai a campo em busca do que lhe atrai e afirma: “Cada um com seu ofício, os missionários têm o seu, eu tenho outro, e vou eu mesmo coletar (*sic*) os dados que me interessam”. Essa mudança de paradigma tem início na segunda década do século XX, e a nova proposta consiste não apenas na permanência do próprio pesquisador no campo durante um tempo considerável, mas também em um novo olhar para os que pertencem a ele. O modo de ver o “nativo” passa a não ser mais, frequentemente, semelhante ao de alguém que vai a um zoológico e encontra seres “exóticos”, mas o de quem conhece pessoas dignas de respeito. Trata-se, portanto, de uma reforma também em termos éticos e um passo em direção a um tratamento equânime para os participantes da pesquisa.

Na terceira década do mesmo século, a segunda revolução etnográfica acontece. Há um interesse, nesse caso, por microssociedades que estão mais próximas do pesquisador e não mais tribos indígenas ou civilizações “extraordinárias”. Lloyd Warner e o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago são os pioneiros desse novo tipo de pesquisa, voltado para a vida urbana, pois entendem a cidade como um laboratório natural, que deve ser explorado pelo etnógrafo.

Já, nos anos 50, a terceira revolução etnográfica é uma ruptura com a observação das “ilhas” escolhidas até então para serem investigadas. Winkin (1998:132) afirma que “em Warner e nos estudos da Escola de Chicago, o que observamos com muita frequência é que os pesquisadores privilegiam ambientes cativos, gente que está mais ou menos isolada, pois vive numa cidade, num bairro, num hospital de onde mal pode sair.” Baseada em uma nova concepção de cultura – tudo o que é preciso para ser membro – seja membro de uma família ou de um bar, por exemplo, a disciplina se abre, assim, para a possibilidade de investigar qualquer lugar e circunstância, e não mais somente os grupos, de algum modo, marginalizados.

Para compreenderem essas culturas que atraem o interesse dos pesquisadores, muitos etnógrafos lançam mão da chamada *observação participante*. Nesse caso, Minayo (2002:66) afirma que o analista:

(...) fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher (*sic*) dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente.

A autora define, dessa forma, um tipo de trabalho que se assemelha ao que realizei durante a minha pesquisa de mestrado (Almeida, 2014), quando estive em contato com policiais de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), conhecendo sua rotina de trabalho na comunidade e realizando entrevistas, durante um ano. Acerca das vantagens de uma pesquisa que se baseia no contato com a *unidade social* que interessa ao pesquisador, Minayo (2002:66) acrescenta ainda:

Na medida em que convive com o grupo, o observador pode retirar de seu roteiro questões que percebe serem irrelevantes do ponto de vista dos interlocutores; consegue também compreender aspectos que vão aflorando aos poucos, situação impossível para um pesquisador que trabalha com questionários fechados e antecipadamente padronizados.

Durante esse período de convívio com os policiais, de fato, uma questão até então fora do nosso radar se fez notória: a utilização das câmeras dos *smartphones* por cidadãos comuns como um instrumento de contravigilância e o desconforto que isso causava aos policiais. Os participantes da pesquisa mencionaram, certas vezes, seu uso não só na comunidade, mas também nas manifestações que ocorreram em algumas capitais nacionais no ano em que se deu

esse trabalho de campo (2013), as quais, posteriormente, ficaram conhecidas como as “Jornadas de Junho”. Já no doutorado, decidimos, então, voltar nossa atenção para esse fenômeno, que consiste não somente na produção dessas imagens, mas também no seu compartilhamento no ciberespaço.

Cabe pontuar, por fim, que, ao analisar a produção e circulação de um vídeo do YouTube, diferente do modelo etnográfico “clássico”, no qual o pesquisador se insere no ambiente a ser estudado, estou assumindo uma posição híbrida dentro desta investigação, tanto de pesquisadora quanto de nativa. Como usuária dessa plataforma digital, o que realizo aqui não é uma análise sustentada, isoladamente, pelos saberes acadêmicos ou por uma interação com os membros do grupo analisado motivada apenas pelo estudo, mas este empreendimento é, de certo modo, uma análise de “co-nativos” (Maturana, 1997). Trata-se de “uma observação participante, mas, principalmente, uma participação observante” (Cardoso, 2010:34).

6.2

O contexto da pesquisa

Como vimos até aqui, este trabalho versa sobre um contexto físico que são as comunidades pacificadas, onde se dão relações, muitas vezes, conflituosas entre policiais e moradores, e um contexto virtual, o YouTube, uma plataforma de compartilhamento de vídeos onde circulam muitos registros de confrontos entre esses dois grupos. A compreensão do processo de pacificação nos ajuda a entender o significado social da prática do jornalismo cidadão dentro desses espaços da cidade, da mesma forma que o exame da produção e da distribuição de vídeos desse tipo nos permite entender melhor a relação que está sendo tecida entre esses dois grupos dentro das comunidades.

Nessa perspectiva, nas subseções seguintes, primeiramente, descrevo o contexto físico da interação que analisamos, o universo das comunidades ditas pacificadas, e, em seguida, realizo uma explanação sobre o contexto virtual que se coloca diante de nós. Apresentaremos a história do YouTube e as formas de interação conhecidas nessa plataforma digital, e comentaremos o

compartilhamento de vídeos que mostram práticas policiais em comunidades pacificadas.

6.2.1

O contexto físico

A política de pacificação nas comunidades carentes do Rio de Janeiro completará dez anos em 2018. Até o presente momento, foram implantadas 38 Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no estado, que contam, hoje, no total, com um efetivo de 9.543 policiais¹. A primeira base do que seria chamado, posteriormente, de “Unidade de Polícia Pacificadora” (UPP) foi implementada na comunidade Santa Marta, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Menezes (2015) afirma que a escolha da localidade se deu em virtude do desejo do governador Sérgio Cabral de visitar uma creche da comunidade, somado ao fato de que se tratava de uma área, relativamente, pequena, com poucas entradas e saídas, o que facilitaria a ação da polícia.

Quando a “pacificação” se iniciou, ainda não havia uma regulamentação específica para o andamento do projeto, nem estava claro para os moradores o que se passava. Menezes (2015:55) explica essa indefinição inicial:

No Santa Marta, no período da ocupação policial, em novembro de 2008, falava-se, primeiramente, que um “Choque de Ordem” iria ocorrer na favela; depois falaram que uma “Companhia de Policiamento Comunitário” seria instalada no morro e, só, posteriormente, o nome “Unidade de Polícia Pacificadora”, com a sigla UPP, passou a ser utilizado. Já na Cidade de Deus, primeiro a ocupação foi chamada “Cidade de Deus é de Deus” (como pode ser visto na reportagem “PM ocupa Cidade de Deus e 7.700 ficam sem aulas” publicada no jornal O Globo do dia 12 de novembro de 2008), depois falaram na criação de uma “Companhia Independente de Polícia Militar”, nome que foi alterado para “Companhia de Policiamento Comunitário” para depois, enfim, chegar ao termo UPP, que ganhou destaque quando foi inaugurado o policiamento comunitário na favela em fevereiro de 2010.

¹ Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/historico>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

Até hoje, o grau de formalização desse projeto ainda é, relativamente, baixo, sobretudo se comparado com o impacto que a medida gerou no Rio de Janeiro, mas já foram formulados alguns decretos que organizaram a sua estrutura normativa. O primeiro deles veio a público em 21 de janeiro de 2009 e foi promulgado pelo governador para executar, simplesmente, a criação oficial da Unidade de Polícia Pacificadora dentro da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. No dia seguinte, outro decreto determinou o pagamento de uma gratificação de R\$500,00 mensais para os policiais que fossem lotados nas UPPs.

No mês seguinte, uma nota do Boletim da Polícia Militar, emitida pelo Comandante Geral, ligou a UPP à Coordenadoria de Assuntos Especiais. Implantada apenas no morro Santa Marta até aquele momento, a unidade tinha status de Companhia, mas, com vistas a assegurar a sua autonomia operativa, o oficial determinou que os policiais que trabalhassem em uma UPP só poderiam ser movimentados para outras Organizações Policiais Militares (OPMs) por ordem do Estado Maior Geral.

Somente em janeiro de 2011, o governador promulgou um decreto que instituiu, oficialmente, três critérios para a seleção dos locais: a) comunidades pobres; b) de baixa institucionalidade e alto grau de informalidade; e c) com a presença de grupos criminosos, ostensivamente, armados. Segundo Menezes (2015), a escolha das localidades atendia, inicialmente, a diferentes agendas. A eleição da Cidade de Deus, por exemplo, foi feita, segundo a autora, por um coronel até então sem uma ligação clara com o projeto que havia se iniciado na zona sul. Mesmo que esse decreto tenha fornecido, pelo menos, alguns parâmetros para essa escolha, o documento não esclarece quais seriam as prioridades dentre as muitas opções que se enquadram nos critérios estabelecidos.

Nesse comunicado oficial, foram esclarecidos também os objetivos centrais das UPPs: “consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada” e “devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico”. Esses alvos, entretanto, foram questionados, principalmente, a partir da inauguração de muitas unidades no entorno das instalações dos jogos da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016. Para muitos pesquisadores e ativistas, essa movimentação estratégica evidenciou que a escolha das localidades atendia primeiramente a

Figura 1 – “Cinturão de segurança” 1



Figura 2 – “Cinturão de segurança” 2



Ainda no decreto promulgado em janeiro de 2011, o governador estipulou também que os policiais lotados nas UPPs deveriam ser recém-formados. Podemos observar o uso dessa estratégia também em experiências semelhantes realizadas em outros países. Subjaz a essa determinação a ideia de que a ausência

de uma experiência prévia favorece a introdução de uma nova doutrina. Além disso, de acordo com Cano e Ribeiro (2014:19), essa seria uma tentativa de diminuir os níveis de corrupção da polícia, ao separar os policiais novos dos antigos, visto que alguns destes já estão habituados com esquemas ilícitos.

Outro aspecto importante do decreto de janeiro de 2011 foi a vinculação das UPPs à “filosofia de polícia de proximidade”. O comunicado oficial determinava que os policiais dessas unidades deveriam ter formação com ênfase em “Direitos Humanos e na doutrina de Polícia Comunitária”. Até hoje, contudo, parece que ainda não está claro, tanto para policiais quanto para moradores, o que significa exatamente o “policiamento de proximidade” e como é possível executá-lo (Musumeci, 2015).

Antes desse empreendimento, outros programas de menor impacto e visibilidade já tinham sido implementados na cidade seguindo uma linha análoga. O coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, Comandante-geral e Secretário de Estado da Polícia Militar nos dois mandatos de Brizola (1983–1987 e 1991–1994), foi responsável pela criação do Grupamento Especial de Policiamento em Estádios (GEPE), o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) e o Grupo de Policiamento Turístico - hoje, conhecido como Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (BPTUR). Sob o seu comando, em 2000, durante o mandato de Anthony Garotinho, foram criados também os Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais (GPAEs), um projeto que também incluía a presença ostensiva dos policiais nas comunidades. Rio de Janeiro e Niterói foram contemplados pelo programa. Albernaz, Caruso e Patrício (2007) salientam que os GPAEs se destacaram no cenário da segurança pública por levarem, para dentro das favelas, práticas que até então só eram vistas em áreas urbanizadas.

Por desenvolver iniciativas desse tipo, Leal, Pereira e Munteal Filho (2010:24) comentam que as ideias e as propostas do coronel “pressupunham não mais uma estrutura voltada para ‘uma situação de guerra’” e acrescentam que ele “via na questão dos direitos humanos uma orientação importante para as práticas policiais”. Nesse sentido, o oficial é considerado por muitos como o pioneiro das práticas de policiamento comunitário no território nacional.

Nenhuma experiência anterior se compara, todavia, ao impacto e à visibilidade do projeto das UPPs. Inicialmente, com a redução dos índices de criminalidade, incluindo a diminuição do número de confrontos armados, o

projeto foi celebrado como um modelo de intervenção, tornando-se uma referência não apenas local, mas nacional (Coelho e Provenza, 2016). Ainda que muitos de seus aspectos fossem criticados – como a proibição dos bailes funks e a ausência da ação de outros setores junto à polícia – a aparente retomada de territórios que estavam entregues ao crime organizado foi aprovada e celebrada por uma parte da sociedade. Seu resultado inicial, por isso, foi destaque tanto na campanha de reeleição do então governador Sérgio Cabral Filho, quanto na eleição de seu sucessor, Luiz Fernando “Pezão”.

Hoje, porém, muitos estudos apontam para uma reorganização da dinâmica do tráfico nas comunidades (Menezes, 2015), além de haver um crescimento do número de confrontos armados (Cano e Ribeiro, 2014). Outra questão que chama a atenção é como é possível realizar um policiamento de proximidade, criando laços com os moradores, e, ao mesmo tempo, exercer um papel repressor, cerceando as liberdades dos cidadãos. Quanto a essa difícil tarefa dos agentes do Estado, Pinc (2011:1) afirma:

(...) as UPPs têm um grande desafio a vencer no que se refere ao desempenho individual do policial, pois buscar a aproximação do público e inibir ações delituosas requerem habilidades diversas. Como preparar um policial para distinguir de quem se aproximar e a quem inibir? Como alternar a conduta diante das diferentes situações, assumindo ora um comportamento de quem oferece ajuda, ora de quem impõe limites e restringe direitos?

Questões antigas também permanecem pungentes, como o próprio uso do termo “pacificação”, que, para muitos, “aponta para uma visão militar, tutelar e ‘civilizatória’, que se aplica sempre a um outro percebido como social e moralmente inferior” (Musumeci, 2015:34). Diante de tantas críticas e dificuldades, a permanência desse modelo de intervenção nessas áreas da cidade tem sido alvo de dúvidas. Um dos indícios do enfraquecimento do projeto é a data da última implementação de uma unidade do tipo, em maio de 2014, já consideravelmente antiga.

As cinco tabelas abaixo, divididas por áreas da cidade, apresentam todas as comunidades atendidas pelo programa até o presente momento, mostrando a sua data de instalação.

Tabela 1: UPPs da Zona Sul

Comunidade	Instalação
Santa Marta	19.12.2008
Babilônia e Chapéu Mangueira	10.06.2009
Pavão-Pavãozinho e Cantagalo	23.12.2009
Tabajaras e Cabritos	14.01.2010
Escondidinho e Prazeres	25.02.2011
Rocinha	20.09.2012
Vidigal	18.01.2012
Cerro-Corá	03.06.2013

Fonte: <<http://www.upprj.com/index.php/historico>> Acesso em: 28 fev. 2018.

Tabela 2: UPPs da Zona Norte

Comunidade	Instalação
Borel	07.06.2010
Formiga	01.07.2010
Andaraí	28.07.2010
Salgueiro	17.09.2010
Turano	30.10.2010
São João, Matriz e Quietto	31.01.2011
Macacos	30.11.2011
Mangueira	03.11.2011
Nova Brasília	18.04.2012
Fazendinha	18.04.2012
Adeus e Baiana	11.05.2012
Alemão	30.05.2012
Chatuba	27.06.2012
Fé e Sereno	27.06.2012
Parque Proletário	28.08.2012
Vila Cruzeiro	28.08.2012
Jacarezinho	16.01.2013
Manguinhos	16.01.2013
Barreira do Vasco e Tuiuti	12.04.2013
Caju	12.04.2013
Arará e Mandela	06.09.2013
Lins	02.12.2013
Camarista Méier	02.12.2013

Fonte: <<http://www.upprj.com/index.php/historico>> Acesso em: 28 fev. 2018.

Tabela 3: UPPs da Zona Oeste

Comunidade	Instalação
Cidade de Deus	16.02.2009
Batam	18.02.2009
Vila Kennedy	23.05.2014

Fonte: <<http://www.upprj.com/index.php/historico>> Acesso em: 28 fev. 2018.

Tabela 4: UPPs do Centro

Comunidade	Instalação
Providência	26.04.2010
Coroa, Fallet e Fogueteiro	25.02.2011
São Carlos	17.05.2011

Fonte: <<http://www.upprj.com/index.php/historico>> Acesso em: 28 fev. 2018.

Tabela 5: UPPs da Baixada Fluminense

Comunidade	Instalação
Complexo da Mangueirinha	07.02.2014

Fonte: <<http://www.upprj.com/index.php/historico>> Acesso em: 28 fev. 2018.

Cabe pontuar, por fim, que, embora haja, atualmente, uma estrutura normativa geral, a “pacificação” significa, certamente, um processo, relativamente, distinto em cada uma dessas 38 comunidades. Menezes (2015) salienta que, na prática, não se observa a simples aplicação de um modelo, mas de “uma série de novas verificações e testes” (p.48) a fim de compreender como pode ser o andamento do projeto no local. Conforme percebemos em nosso trabalho de campo, as configurações são, geralmente, atualizadas também a depender do comandante que está frente dessa tarefa.

Na descrição do vídeo que selecionamos como objeto de estudo desta pesquisa, afirma-se que a localidade em que se deu o conflito registrado foi a Vila Cruzeiro, situada na zona norte. Não é possível atestarmos a veracidade dessa informação. Como a farda dos policiais que atuam nas UPPs tem uma cor diferenciada, entretanto, podemos atestar que a interação está inserida nesse contexto da chamada “pacificação”.

Feita essa explanação sobre o ambiente físico para o qual se volta esta pesquisa, na subseção a seguir, descreveremos o ambiente virtual em que se dá o encontro que analisamos: a maior plataforma digital de compartilhamento de vídeos da atualidade, o YouTube.

6.2.2

O contexto virtual

O YouTube é um site que foi fundado em 2005 e permite o compartilhamento de vídeos em formato digital. Ao entrar em um canal da

plataforma, além de ter acesso às imagens compartilhadas pelo dono da conta, podem-se verificar o perfil do usuário que fez a postagem e o número de vezes que cada vídeo compartilhado foi visualizado. No que se refere aos seus recursos interativos, após assistir a cada clipe, é possível marcar “gostei” ou “não gostei”, enviar comentários e se inscrever no canal para receber mais conteúdos do mesmo tipo, além de outras funcionalidades típicas das redes sociais.

Não se trata, no entanto, apenas do oferecimento de uma experiência como observador, pois o usuário pode também fazer *upload* dos vídeos que deseja compartilhar e, da mesma forma, estará sujeito às avaliações e aos comentários dos outros internautas. Conforme Cardoso (2014:251) explica, nesse ambiente virtual, “o usuário é potencialmente ao mesmo tempo ‘produtor’, ‘autor’, ‘crítico’, ‘espectador’, ‘colaborador’, etc”.

Este não é o único site desse tipo, mas, sem dúvida, não há registro de nenhum outro que tenha alcançado tamanha popularidade. Burgess e Green (2009:18) comentam a relevância dessa plataforma:

Nessa história, o momento de sucesso chegou em outubro de 2006, quando o Google pagou 1,65 bilhão de dólares pelo YouTube. Em novembro de 2007, ele já era o site de entretenimento mais popular do Reino Unido, com o site da BBC ficando em segundo. No começo de 2008, de acordo com vários serviços de medição de tráfego da web, já figurava de maneira consistente entre os dez sites mais visitados do mundo. Em abril de 2008, o YouTube já hospedava algo em torno de 85 milhões de vídeos, um número que representa um aumento dez vezes maior em comparação ao ano anterior e que continua a crescer exponencialmente.

Atualmente, segundo informações apresentadas no próprio site², a plataforma tem mais de um bilhão de usuários, o que corresponde a cerca de um terço dos usuários de toda a rede. Nos Estados Unidos, o site atinge mais jovens e adultos que qualquer canal de TV a cabo. Ainda segundo dados que constam na própria plataforma, há mais de 50 milhões de arquivos ativos no seu banco de dados e mais da metade das visualizações são realizadas por meio de dispositivos móveis. Cabe destacar ainda que os conteúdos compartilhados nessa página são bastante heterogêneos. A esse respeito, Cardoso (2014:249) afirma:

²Disponível em <https://www.YouTube.com/yt/press/pt-BR/statistics.html>. Acesso em 11 de fevereiro de 2018.

Desde imagens televisivas mais antigas (oriundas de arquivos pessoais ou das próprias emissoras), até shows gravados em celulares, passando por ‘melhores momentos’ de partidas de futebol (ou qualquer outro esporte), resumos diários das telenovelas ou, conforme explicitado no próprio site, ‘relatos de eventos atuais em primeira mão’, de tudo se encontra no site.

Os registros das práticas policiais em contextos diversos, incluindo as que ocorrem em comunidades “pacificadas”, estão presentes também nessa rede. Geralmente, a gravação é feita por meio de celulares e pode ser compartilhada, diretamente, no YouTube ou circular antes em *tablets* e em *smartphones* por meio do aplicativo *Whatsapp*, que permite a troca de mensagens instantâneas, incluindo o compartilhamento de fotos e vídeos produzidos pelo próprio aparelho ou recebidos por meio dele. Quando o material é publicado no YouTube, é importante considerar que quem faz o compartilhamento pode não ter a mínima ideia de quem foi responsável pela sua produção, uma vez que esse fluxo de informações nos *smartphones*, *tablets* e computadores é muito intenso.

Quando o YouTube surgiu, em agosto de 2005, de acordo com Burgess e Grenn (2009:20), em uma aba intitulada de “Quem somos”, havia uma breve explicação sobre como era possível usar o site. Essa nota já mencionava o uso desses aparelhos eletrônicos, que foram se tornando, com o tempo, cada vez mais acessíveis. Observe:

Exiba seus vídeos favoritos para o mundo. Faça vídeos de seus cães, gatos e outros bichos. Publique em seu blog os vídeos que você fez com sua câmera digital ou celular. Exiba seus vídeos com segurança e privacidade aos seus amigos e familiares no mundo todo... e muito, muito mais!

Nesse tempo, o slogan presente na página era *Your Digital Video Repository* (“Seu Repositório de Vídeos Digitais”). O YouTube, contudo, se tornou muito mais que simples depósito de conteúdos virtuais e, acompanhando essa mudança, seu slogan foi atualizado para *Broadcast yourself* (“Transmita-se”). Essa ideia de um sujeito que se expressa para o mundo está, intimamente, ligada às noções que permeiam a retórica da “Web 2.0” (Grossman, 2006b) – dentre elas, o importante de conceito de “cultura participativa”, que designa um contexto em que “os fãs e outros consumidores são convidados a participar ativamente da criação e circulação do novo conteúdo” (Jenkins, 2006a:290).

Seguindo essa proposta, a assinatura amadora torna-se marca da maioria dos vídeos presentes no site. Quanto a isso, Burgess e Grenn (2009:22) afirmam:

Embora eventualmente viesse a buscar acordos de distribuição de conteúdo *premium* e, de acordo com a demanda, um programa de acesso *multi-layer* que possibilitasse aos usuários assinantes fazer o *upload* de vídeos mais longos, o YouTube sempre direcionou seus serviços para o compartilhamento de conteúdo, incluindo o compartilhamento de conteúdo comum e amador, em vez de disponibilizar vídeos em alta qualidade.

Curiosamente, no entanto, o primeiro *hit* da plataforma foi um quadro cômico do programa de comédia *Saturday Night Live*, intitulado de *Lazy Sunday* (“Domingo de Preguiça”). Um esquete de dois minutos e meio mostrava dois *nerds* cantando um *rap* sobre ficar em casa no domingo, assistindo a um filme e comendo bolinhos. Em 2005, depois de apenas 10 dias na plataforma, o vídeo já tinha sido visto 1,2 milhão de vezes. Em fevereiro de 2006, quando já havia atingido mais de 5 milhões de visualizações, a NBC Universal, emissora que veiculou, inicialmente, o clipe, exigiu que o YouTube retirasse esse material do ar, junto a outros 500 vídeos, ameaçando entrar com uma ação na Justiça com base na Lei dos Direitos Autorais do Milênio Digital (Biggs, 2006).

Diante do impasse, o renomado jornal *The New York Times* reconheceu que *Lazy Sunday* “demonstrava o potencial do YouTube como válvula de escape para que a mídia estabelecida atingisse a arredia e tão desejada audiência jovem” (Burgess e Green, 2009:19). Assim, a partir desse embate com os veículos da mídia tradicional, a plataforma digital começou a chamar atenção não somente por seus recursos tecnológicos, mas também pelo modelo de negócio que implementava e pelo impacto cultural que começava a promover na sociedade.

Em termos de *business*, o YouTube se enquadra naquilo que David Weinberger (2007) chama de “metanegócio”: uma “nova categoria de negócio que aumenta o valor da informação desenvolvida em outro lugar e posteriormente beneficia os criadores originais dessa informação” (p.224). Em outras palavras, não se trata de uma produtora de vídeos, mas de uma plataforma que agrega conteúdo e pode promover a sua massificação. Outras empresas de mídia seguem a mesma linha, como a loja do iTunes, que não produz, mas disponibiliza músicas cujas informações se tornam mais “fáceis de procurar, de achar e de usar” (Weinberger, 2007:225). Considerando essa dinâmica, Burgess e Grenn (2009:23)

afirmam que “para o YouTube, a cultura participativa não é somente um artifício ou um adereço secundário; é, sem dúvida, seu principal negócio”.

Trata-se, portanto, de um objeto de estudo muito rico se analisado por seu viés tecnológico, político, econômico, cultural e, como veremos neste estudo, interacional. Ao eleger a televisão como seu foco analítico há mais de duas décadas, Stephen Heath (1990:267) afirmou que ela era:

(...) um objeto um tanto quanto difícil, instável, desorganizado, com uma tendência irônica de se esquivar de tudo o que dizemos sobre ela: dada a velocidade de suas mudanças (tecnológicas, econômicas, programáticas): seu fluxo interminável (de sons e imagens, a qualidade sempre efêmera de seu presente), sua mesmice quantitativa (que constitui a própria qualidade desse meio dia após dia).

Pode-se afirmar que o YouTube é ainda mais complexo e instável do que a televisão, o que, por um lado, torna uma pesquisa como esta mais desafiadora e, por outro, faz com que empreendimentos como este sejam bastante necessários para que possamos compreender melhor essa plataforma. Além da diversidade de conteúdos, a complexidade do YouTube deve-se também ao fato de que suas páginas estão em constante transformação. Cada vídeo incorporado à plataforma poderá ser revisto nos mais diversos contextos, receber avaliações e comentários dos mais diversos tipos e ser relacionado a outros vídeos, pelo próprio YouTube ou pelos usuários, fazendo parte de um “processo criativo iminentemente aberto e coletivo” (Cardoso, 2010:36). Se, como afirma Cardoso (idem:37), “um comentário pode provocar transformações significativas na experiência de visualização”, com as constantes alterações na página, é possível afirmar que, a cada atualização do link, o que se tem é uma experiência singular.

Muitos materiais também são “retirados do ar”, o que não impede, no entanto, que continuem a circular em outros espaços digitais e que voltem a circular no YouTube algum tempo depois. Na maioria dos casos de censura, a circulação da cena é considerada indevida por ter conteúdo sexual ou violento, ou ainda por questões de direitos autorais. Desse modo, o YouTube reflete, na realidade, a condição mais ampla em que se encontra o ciberespaço, conforme se observa nas palavras de Cardoso (2010:37):

A internet é, assim, um processo de (des)criação constante, em que as formas são fácil e intrinsecamente mutáveis. E essa mutação cada vez menos causa

desconforto e apreensão, e cada vez mais é “naturalizada”. Em vez de combatê-la sem fim e sem sucesso possível, aprende-se a lidar com ela, tirando proveito de seu modo de funcionamento inovador.

Ao começarmos uma busca por imagens do tipo que nos interessava para os fins deste estudo, tivemos que lidar com esse desafio da retirada de alguns conteúdos do ar. Quando entrávamos em alguns links que já haviam passado por uma pré-seleção, percebíamos, certas vezes, que não seria mais possível encontrá-los. Se este pode parecer um problema irremediável, percebemos também que diversas imagens do mesmo tipo são produzidas e introduzidas na rede todos os dias. Neste capítulo, abordaremos, ainda, de maneira mais detalhada, os critérios que usamos para selecionar o vídeo que se tornou o nosso objeto de análise, mas, desde já, é válido pontuar que lidamos com cada um dos processos que fazem parte da interação nesse site, o que se espera, de fato, de uma pesquisa de base etnográfica.

6.3

A história da pesquisa

De certo modo, é possível afirmar que esta pesquisa teve início em 2012, ainda no mestrado, com a minha decisão de elaborar um estudo que, de alguma forma, colaborasse para um contexto profissional, dado o meu reconhecimento da relevância do trabalho na pós-modernidade e do papel da linguagem nas práticas profissionais (cf. Oliveira, 2009). Certa de que não gostaria de me debruçar sobre um contexto pedagógico, com a justificativa de que gostaria de cruzar fronteiras, elegi como foco de análise, junto à orientadora desta pesquisa, referência no âmbito da Linguística Aplicada das Profissões, as práticas policiais em uma comunidade dita pacificada. A escolha se deu com base no fato de que já havia brotado em mim muitas questões relacionadas a esse universo, em virtude de um familiar exercer a profissão de policial.

Essa decisão foi seguida de uma série de procedimentos que caracterizariam minha inserção como pesquisadora no campo. Consideramos, todavia, importante, antes de tudo, relatar algumas experiências de quem toca este empreendimento, ou seja, pretendemos fazer ou deixar vir à tona aqui questões ligadas à subjetividade que está necessariamente imbricada ao fazer etnográfico.

Segundo Chazan (2007:63), “a produção de uma etnografia abrange, além dos processos descritivos e da análise do material obtido, uma discussão sobre alguns dos elementos que informam e modelam o olhar do observador”. A esse respeito, a autora ainda acrescenta: “A presença e a subjetividade do observador em campo são obrigatoriamente parte integrante da observação, assim como da escrita etnográfica. Por esse motivo, é essencial que sejam ‘lidos’ em conjunto com o contexto de sua elaboração (p.71)”.

Assim sendo, cabe aqui começar explicitando que, sendo brasileira, nascida no estado do Rio de Janeiro e filha de professores da rede pública, tive, por diversas vezes, experiências diretas ou indiretas que moldaram meu olhar quanto à PMERJ (assim como foram moldadas por ele). A identidade profissional dos meus pais e a sua prestação de serviço tanto ao Estado quanto a um município específico do Rio de Janeiro são relevantes para a formação desse olhar, na medida em que não foram poucas as vezes em que ouvi críticas no que diz respeito à forma como viam sua classe ser tratada pelos policiais, especialmente, nas manifestações circunscritas aos movimentos de greve nos quais estiveram engajados.

Os relatos de violência física, abuso de autoridade, corrupção e omissão, sobretudo de policiais militares, acompanharam meu crescimento como o de tantos outros jovens brasileiros. Por outro lado, como os outros, também, fui informada, diversas vezes, sobre a morte de policiais nos frequentes confrontos com traficantes, em outras situações em que tentavam proteger algum cidadão ou ainda quando estavam fora de serviço com a família ou os amigos.

No ano de 2017, por exemplo, o número de policiais militares mortos no Rio de Janeiro chegou a 134, um a menos que em 2016. Dentre os que ainda estavam em atividade, apenas 29 estavam em serviço e 81 estavam de folga, embora, neste segundo grupo, encontrem-se também profissionais que estavam em serviços extras regularizados pelo governo (RAS e PROEIS) ou nas chamadas *seguranças privadas* para complementação de renda. Alguns dos 134 foram torturados antes de sua execução por terem sido identificados como policiais³.

³ Todos os números apresentados no parágrafo foram extraídos de um especial sobre a segurança pública no Rio de Janeiro publicado em “O Globo Online”. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/rio-de-janeiro/2017/pms-mortos-no-rj/>. Acesso em 11 de fevereiro de 2018.

Em 2011, com a aprovação de um familiar no concurso da PMERJ e o início de seu treinamento no Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), comecei a me aproximar desse contexto profissional de maneira mais significativa. Ele – como a maioria dos que fizeram esse curso na última década – foi destinado a uma UPP, e passou por diversas outras desde então. Entre os conhecimentos que construí, ao longo dos anos seguintes, sobre o fazer policial, intimamente relacionados à vivência desse familiar, poderia destacar os que se referem a questões como: a formação dos *praças*; a relação entre *praças* e oficiais; a relação entre os chamados *policiais de batalhão* e os *policiais de UPPs*; a escala dos *praças* e, mais especificamente, dos que estão lotados em UPPs; as suas condições de trabalho e a sua remuneração; os tipos de contato que os policiais têm com os moradores nas comunidades pacificadas; e as funções que os policiais podem exercer nas UPPs.

Ao eleger as práticas policiais como foco de análise da minha pesquisa de mestrado em 2012, sem dúvida, meu olhar já havia sido impactado pelas observações relativas aos tópicos apresentados acima, entre outras questões eventuais. Essa construção incluiu conversas com o familiar em questão; a observação de sua rotina e, de certo modo, a participação nela; além de conversas informais com seus amigos que também são companheiros de profissão. Pode-se afirmar, portanto, que, em alguma medida, minha inserção no campo que investigo e a formulação de algumas questões se iniciaram antes mesmo da decisão de fazê-lo como pesquisadora.

Assumindo a identidade de pesquisadora, meu trabalho de campo ocorreu ao longo de todo o ano de 2013. Até março de 2014, quando fiz a defesa da minha dissertação, eu e a orientadora desta pesquisa havíamos realizado uma série de entrevistas que totalizaram uma coleção de aproximadamente 160 minutos de gravações em áudio. Nesse período, visitamos outras localidades que também receberam UPPs, mas nosso trabalho de campo se concentrou em uma comunidade da zona sul, que preferimos não identificar aqui para que os participantes da pesquisa tenham sua identidade resguardada, conforme asseguramos a eles. Na localidade, pudemos conversar com o comandante e com policiais de diversas patentes, e pudemos observar suas rotinas.

O trabalho de Carolina Valente Oliveira (2016) também se soma a essa empreitada. A então estudante de mestrado da PUC-Rio que fazia parte do nosso

grupo de pesquisa se interessou pelo universo do policiamento e aceitou a proposta de examinar como os moradores da mesma comunidade que frequentei percebiam suas relações com os policiais no que diz respeito à empatia. Ler a análise das entrevistas geradas por ela, certamente, ampliou também o meu conhecimento sobre o contexto da pesquisa, uma vez que a relação entre os policiais e os moradores era apresentada por outro ângulo e mostrava, em certos casos, uma inversão no uso das categorias de “mocinho” e “bandido”.

Outro ponto discutido pelos moradores nessas entrevistas realizadas pela pesquisadora em 2014 que vieram ao encontro das nossas observações foi a alegação de um novo cenário na comunidade, mais violento e inseguro, diferente do que se esperava e do que se via quando se iniciou a implantação do projeto de “pacificação” no local. Os últimos anos foram marcados, de fato, por muitos tiroteios nas comunidades pacificadas, pela morte de muitos policiais e ainda por interpretações de que o projeto estaria ruindo.

Outro empreendimento que se somou a esta pesquisa e que foi importante para aprofundar nosso conhecimento do policiamento nas comunidades pacificadas foi a pesquisa de outro estudante do nosso grupo de pesquisa, Rony Ron-Rén Jr. (2017). A pesquisa buscou contribuir para um melhor entendimento do novo modelo de policiamento adotado pelas UPPs a partir da voz de policiais que integram o programa. A partir da análise, foi possível identificar que, segundo os próprios agentes, a lógica da guerra segue sendo valorizada, enquanto o trabalho de prevenção ao crime é pouco reconhecido.

Os resultados desses estudos do nosso grupo de pesquisa, “Discurso, Interação e Práticas Profissionais” (DIPP), certamente, contribuíram também, de algum modo, para o presente trabalho, no qual me dedico à análise de vídeos compartilhados no YouTube por policiais e por moradores de comunidades pacificadas. A eleição deste novo recorte para a pesquisa de doutorado será explicada na próxima seção deste capítulo, na qual comento como se deu a geração desses novos dados.

6.4

A geração de dados

Após a realização de diversas entrevistas pelo grupo de pesquisa, pretendíamos realizar a gravação de interações entre policiais e moradores em

comunidades “pacificadas”. No entanto, por conta da violência crescente nesse contexto, tivemos que mudar o escopo da pesquisa. Compreendemos que, analisando vídeos feitos nesse ambiente, também estaríamos trabalhando com dados naturalísticos, isto é, gerados sem a intervenção de nenhum pesquisador. Ademais, notamos que analisar a inserção da câmera nesse encontro poderia conferir ao trabalho um caráter mais inovador, contribuindo ainda para suprir uma lacuna de análises interacionais nos estudos da contravigilância.

A geração de dados se deu então por meio da busca e da seleção de vídeos na internet. A eleição do YouTube como o site em que eu procuraria o material foi feita sem nenhuma dificuldade. Afinal, além de se tratar de um site que eu já utilizo para o compartilhamento e, sobretudo, o acesso a vídeos há muitos anos, trata-se do que é mais utilizado no mundo todo para tais fins. Diferente da análise de entrevistas, a análise de vídeos compartilhados em mídia digital na rede não exigiram de mim nenhum agendamento com outro sujeito para gerar os dados, pois as interações que eu poderia analisar já estavam disponíveis. Nesse tipo de pesquisa, entretanto, há também uma escolha que precisa ser feita pelo pesquisador no que diz respeito à delimitação de seu *corpus*.

Inicialmente, usei como critério, na minha busca, a gravação do vídeo no contexto das UPPs, já que o propósito era olhar com outra lente para o universo que eu já vinha examinando desde 2012. A descrição das imagens na internet nem sempre é confiável, mas, para garantir a precisão desse recorte, verificamos as fardas dos policiais que aparecem nos vídeos. Quando são policiais de UPPs, suas fardas são azuis e não cinzas. Outro critério adotado foi a qualidade da imagem e do som da gravação. Embora estejamos voltados para vídeos amadores, seria fundamental ouvir com clareza o que diziam os participantes da cena e ver os seus movimentos, a fim de compreender suas ações.

Desse modo, chegamos ao vídeo que elegemos como objeto de análise para este estudo. Ele foi transcrito por mim a partir de convenções de transcrição baseadas nos estudos de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) e Atkinson e Heritage (1984), com a incorporação de símbolos sugeridos por Schifffrin (1987) e Tannen (1989) no âmbito da Análise do Discurso (v. Convenções de Transcrição em anexo). Considerando a relevância dos aspectos paralinguísticos – como ênfases, alongamentos e pausas – para a construção de sentido enquanto pistas de

contextualização (Gumperz, 1982), procuramos contemplar esses elementos na transcrição dos dados.

Quanto a esse processo, cabe pontuar também que investimos atenção não apenas ao áudio, mas, fundamentalmente, às imagens que se apresentam no vídeo. Atentando também para o que é apreendido pela visão, Phillips (1976:22) comenta: “o modo verbal e o modo não-verbal de ordenação da fala se integram em um único sistema de organização da interação.” Com base nessa compreensão de um sistema integrado e da importância das pistas não-verbais nas situações de comunicação, a transcrição inclui comentários sobre movimentos corporais e o direcionamento do olhar dos participantes, por exemplo.

Por se tratarem de dados multimodais, além das descrições relativas à linguagem não-verbal – como gestos, posição do corpo, direção do olhar, dentre outras – incluímos, na transcrição, alguns *frames* do vídeo que consideramos especialmente relevantes para os fins deste estudo. A proposta de uma análise multimodal das ações sociais está atrelada à ideia de que, no seio das práticas humanas, a linguagem verbal se apresenta integrada a um rico sistema ecológico (Goodwin, 2010:149). Portanto, as ações sociais são construídas a partir de elementos estruturados de maneira diferente, mas que estão intrinsecamente relacionados.

Ao mesmo tempo em que a descrição do modo não-verbal de comunicação é fundamental para a compreensão do que ocorre em cada cena apresentada nos vídeos, isso já representa, de certa forma, um processo analítico interpretativo, mas, segundo Riessman (1993), a representação dos dados já tem início antes mesmo da transcrição. Esta, portanto, já constitui também um processo de análise e interpretação.

6.5

O vídeo em estudo

Os dados desta pesquisa consistem na transcrição multimodal de um vídeo postado no YouTube em 2013. Para fins deste trabalho, estamos chamando de cinegrafista aquele que gravou o vídeo e que interage não só com uma plateia oculta projetada, mas também com os policiais e seu amigo, presentes na cena física. Pelas informações apresentadas no transcorrer do vídeo, sabe-se que esse

cinigrafista amador acompanhava o suspeito na hora da abordagem policial. Sabe-se também que o primeiro motivo para a condução à delegacia foi o fato de, na hora da abordagem, o acompanhante do cidadão-jornalista ter colocado a mão no bolso, o que poderia ser interpretado como a busca de uma possível arma. É esse cinigrafista que dá o enquadramento da cena como uma denúncia de mais uma ação policial problemática, entendida, nesse caso, como truculenta e injusta, conforme veremos na análise dos dados. Na descrição do vídeo, afirma-se que o contexto é o de uma comunidade que recebeu uma UPP. O canal tem mais de 1000 inscritos e mais de 1.000.000 de visualizações. Na página, é possível conferir ainda que este vídeo que selecionamos como objeto para a nossa análise já teve mais de 35.000 visualizações.

O vídeo selecionado tem duração de aproximadamente 3 minutos. O cenário é uma ladeira da comunidade. Entre os participantes da interação estão três policiais: Renan, que aparece na tela desde o início do vídeo; Luís, que traz as algemas e também tem suas ações registradas em boa parte do vídeo; e Roberto, que assume o turno poucas vezes e quase não aparece na filmagem, mas está presente desde o início também. Além dos policiais, participam da interação situada o rapaz que está sendo conduzido à delegacia (João), o colega que estava junto a ele durante a abordagem e que registra a cena (Vitor), uma mulher que passa na hora que está sendo gravado o vídeo (Narareth) e alguém que fala ao telefone com Vitor em determinado momento da gravação.

Para a compreensão da análise, consideramos fundamental uma leitura atenta da transcrição completa, que se encontra no Anexo II desta tese. As imagens do vídeo foram propositalmente borradas e os nomes próprios foram modificados em respeito às pessoas que participam da interação.